



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

São Paulo

30ª Câmara de Direito Privado

Registro: 2014.0000598261

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0004495-67.2008.8.26.0597, da Comarca de Sertãozinho, em que são apelantes MARIA DO AMPARO FERREIRA DOS ANJOS (JUSTIÇA GRATUITA) e CINTIA APARECIDA RODRIGUES (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado VIAÇÃO SÃO BENTO LTDA.

ACORDAM, em 30ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores ANDRADE NETO (Presidente) e ORLANDO PISTORESÍ.

São Paulo, 24 de setembro de 2014.

Marcos Ramos

RELATOR

Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

São Paulo

30ª Câmara de Direito Privado

24.163

Apelação com Revisão nº 0004495-67.2008.8.26.0597

Comarca: Sertãozinho

Juízo de Origem: 3ª Vara Cível

Ação Civil nº 0004495-67.2008.8.26.0597

Apelantes: Maria do Amparo Ferreira dos Anjos e outra

Apelada: Viação São Bento Ltda.

Classificação: Acidente de trânsito - Indenização

EMENTA: Veículo automotor - Acidente de trânsito – Atropelamento - Vítima fatal - Ação de indenização por danos materiais e morais- Demanda de companhia e de filha do 'de cujus' em face da empregadora do condutor do veículo atropelante - Sentença de improcedência – Manutenção do julgado - Necessidade - Alegação de que demonstrada a culpa do preposto da ré pelo evento lesivo - Inconsistência – Laudo toxicológico com resultado positivo, a atestar que a vítima estava embriagada, com 2,02 gramas de álcool por litro de sangue - Prova oral contraditória, colhida em Juízo – Ausência da imprescindível segurança jurídica para a edição de decreto condenatório – Vítima que, ao que tudo indica, interceptou a trajetória do ônibus – Inteligência do art. 333, I, do CPC.

Apelo das autoras desprovido.

VOTO DO RELATOR

Trata-se de recurso de apelação interposto nos autos da ação de indenização por danos materiais e morais fundada em acidente de trânsito (atropelamento), proposta por Maria do Amparo Ferreira dos Anjos e Cíntia Aparecida Rodrigues em face de “Viação São Bento Ltda.”, onde proferida



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

São Paulo

30ª Câmara de Direito Privado

sentença que julgou improcedente a pretensão deduzida e condenou as autoras no pagamento das custas, despesas processuais, e honorários advocatícios, estes arbitrados em R\$ 1.000,00, observados os benefícios da Lei nº 1.060/50 – fls. 199/201.

Aduzem as autoras que o julgado carece de integral reforma sob alegação, em apertada síntese, de que devidamente demonstrado pelas provas produzidas nos autos, principalmente a oral, que o culpado pelo acidente foi o motorista da empresa ré, motivo pelo qual devem ser indenizadas pelos danos experimentados em função da morte de José Luiz Rodrigues – fls. 210/221.

Contrarrazões às fls. 231/237, ao que vieram os autos conclusos a este relator.

É o relatório.

O recurso não comporta acolhimento.

Demanda ajuizada à argumentação de que em 11.10.2006, a vítima, companheiro e pai das autoras, foi atingida violentamente pelo veículo de transporte coletivo conduzido pelo preposto da empresa ré, quando trafegava com sua bicicleta na



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

São Paulo

30ª Câmara de Direito Privado

Av. Adelino Fortunato Simioni, em Sertãozinho.

Em razão do atropelamento a vítima veio a falecer no mesmo dia, conforme atestado de óbito de fls. 15, ao que pretenderam ser indenizadas pelos prejuízos de ordem moral e material experimentados.

Os elementos de convicção acostados aos autos, porém, levam à conclusão no sentido de que o digno Juízo da causa deu correto solucionamento de improcedência à lide.

Por primeiro, nota-se que a prova técnica produzida leva à conclusão de que, no momento do atropelamento, a vítima estava em estado de embriaguez, conforme consta do exame toxicológico copiado às fls. 104/105, cujo resultado da dosagem alcoólica foi de 2,02 g/l de sangue.

O inquérito policial referente aos fatos foi arquivado (fls. 175).

Consta do boletim de ocorrência e das declarações dos policiais militares que atenderam ao chamado, que o preposto da ré, após parar o coletivo para desembarque de passageiros, reiniciou sua marcha direcionando o veículo à esquerda, quando foi **ultrapassado pela direita** pela vítima, que



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
São Paulo

30ª Câmara de Direito Privado

trafegava com a bicicleta pela via, no mesmo sentido, a qual, ao deparar com um veículo estacionado em sua faixa de rolamento, **repentinamente, efetuou manobra à esquerda, interceptando a trajetória do ônibus** (fls. 26/27 e 42/43).

Na Delegacia de Polícia, a testemunha Valdir Dias de Freitas informou que trabalhava com a vítima e também trafegava com sua bicicleta no local dos fatos e na mesma hora do evento. Destacou que:

“... ia à frente e após ultrapassar um veículo que estava mal estacionado, ouviu barulho e ao olhar para trás, verificou que seu colega, ao desviar daquele veículo, acabou sendo colhido por um ônibus.” (fls. 41 – grifos não originais)

Em Juízo, essa testemunha respondeu que:

“trafegava de bicicleta logo atrás do falecido. Presenciou o momento em que o ônibus colidiu com este e causou sua morte.” (fls. 142)

Já a testemunha Maria Aparecida Nogueira Silva, ouvida somente no contraditório, afirmou que:

“Presenciou o momento do acidente. O ônibus

30ª Câmara de Direito Privado

trafegava no meio do leito carroçável quando, ao passar por José Luiz, que trafegava com uma bicicleta no mesmo sentido, colidiu com ele. A colisão ocorreu na parte traseira da lateral direita do ônibus... O falecido não estava desviando de veículo estacionado. O local é uma avenida larga.” (fls. 143 - grifei)

Assim, ante as evidentes incertezas e contradições emanadas dos depoimentos testemunhais a respeito da dinâmica do acidente, resta evidente que as autoras não lograram demonstrar, como lhes cabia com exclusividade, os fatos constitutivos do seu direito material, notadamente a culpa do motorista do ônibus, sendo a improcedência da ação medida que se impôs, nos termos do art. 333, I, do Código de Processo Civil.

Neste sentido é a jurisprudência desta C. Corte:

Acidente de veículo. Atropelamento. Responsabilidade da empregadora e proprietária do veículo. Culpa do motorista não demonstrada. Conjunto probatório que permite conferir à conduta da vítima, com exclusividade, a causa pelo incidente, pois, embriagada, lança-se de inopino no leito carroçável. Sentença de improcedência mantida. Recurso improvido (Apelação nº 992.07.015417-0 – Relator Desembargador Walter César Exner – j. 01.07.2010)



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

São Paulo

30ª Câmara de Direito Privado

E, para que dúvidas não restem, em se tratando de responsabilidade objetiva, concorrendo a vítima exclusivamente para o acidente, não há que se cogitar em dever de indenizar, pois inexistente o nexo de causalidade.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso.

MARCOS RAMOS

Relator

Assinatura Eletrônica